

Vencimentos estão concentrados em 87

Apesar de ter obtido a vitória de negociar com os credores os compromissos vencidos em 1985 (6,1 bilhões de dólares) e a vencer este ano (9 bilhões) sem se submeter ao FMI, o governo Sarney mal tem tempo para respirar, pois o esquema de amortização da dívida externa tem no próximo ano seu momento mais difícil.

Em 1987, o país terá de enfrentar compromissos (referentes ao principal da dívida) de 13 bilhões 788 milhões de dólares — ou 15% do débito total junto a bancos, governos e instituições multilaterais de crédito. Até agora, o país tem conseguido adiar as amortizações do principal, mas se mantém em dia com o pagamento de juros, em parcelas anuais na faixa de 10/12 bilhões de dólares.

Se não fizer ampla renegociação, até o final da década o país estará severamente aprisionado na camisa-de-força da dívida externa, pois os vencimentos até 1990 somam 54,3 bilhões de dólares, isto é, mais da metade do total da dívida — pouco menos de 100 bilhões de dólares.

Esse é o maior constrangimento à evolução da economia brasileira, que fica obrigada a gerar anualmente enormes excedentes em dólares, que são transferidos para os credores externos. Desde 1982, quando "quebrou", o país se transformou num exportador líquido de capitais para os países desenvolvidos.

O último acordo, referente a 1985 e 1986, foi fechado no domingo passado — apenas dois dias após a reforma econômica — e já incorpora importantes vantagens, como a redução da taxa de risco (**spread**) cobrada pelos bancos para 1,125% acima da taxa interbancária de Londres (Libor), mesmo nível pago pelo México. Além disso, o país também não terá mais de pagar a comissão de renegociação (**flat-fee**). Com isso, deixará de gastar, este ano, 170 milhões de dólares.

Apesar das conquistas, o acordo foi encarado apenas como uma ponte. As linhas de crédito comercial e interbancárias, por exemplo, no total de 15,5 bilhões de dólares, foram renovadas pelos bancos pelo prazo de um ano.

De agora em diante, o governo aposta num trunfo decisivo: se a desindexação da economia e a reforma monetária derem os resultados esperados, as autoridades se apresentarão diante dos credores com uma credibilidade e um apoio político e popular inéditos para negociar importantes concessões. Alguns dos pontos a serem considerados:

- **Juros** — O Brasil poderá obter uma redução no volume de juros pagos anualmente de 10 a 12 bilhões de dólares, seja através da capitalização (refinanciamento e inclusão dos juros no principal), seja pela redução nas taxas.

- **Amortizações** — Será analisada a conveniência de um acordo plurianual, que reduza a incerteza dos acordos a cada ano.

- **Fórum** — Os credores impuseram a praça de Nova Iorque como fórum para solução das pendências judiciais em torno da dívida, com evidentes desvantagens para o país, que reivindicará o fórum neutro de Genebra.